

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 07 de novembro de 2023 às 07h56
Seleção de Notícias

Época Negócios - Online | BR

Patentes

Inovação verde desacelera nos últimos anos e fica mais lenta em países mais pobres, aponta FMI 3
TECNOLOGIA | ESTADÃO

Correio Braziliense - Online | BR

Marco regulatório | INPI

BID e Mdic firmam parceria para facilitação do comércio 4

G1 - Globo | BR

07 de novembro de 2023 | Direitos Autorais | Direito de Imagem

Presidente de comissão que revisa o Código Civil diz que é necessário discutir redes sociais: 'Não pode ser um território onde se pode tudo' 6
POLÍTICA | MARCELO ROCHA

Inovação verde desacelera nos últimos anos e fica mais lenta em países mais pobres, aponta FMI

TECNOLOGIA

O impulso da inovação verde desacelerou nos últimos anos, espalhando-se mais lentamente para países de renda mais baixa, alertaram especialistas do Fundo Monetário Internacional (FMI) em um artigo publicado nesta segunda-feira, 6. Os pesquisadores consideram o quadro preocupante, visto que a inovação, além de ajudar a conter mudanças climáticas, estimula o crescimento econômico. Políticas protecionistas, por sua vez, representariam um entrave para a propagação de tecnologias de baixo carbono, de acordo com a publicação.

A pesquisa identificou que dobrar o número de registros de **patentes** verdes pode impulsionar o Produto Interno Bruto (PIB) em 1,7% em cinco anos, em comparação com o cenário-base do FMI.

O artigo disse que reduzir impostos em tecnologias de baixo carbono pode ajudar a melhorar o comércio e o investimento estrangeiro direto em tecnologias verdes. "Isso é especialmente importante para países de renda média e baixa onde as tarifas continuam altas", apontou.

Já a implementação de novas medidas protecionistas impediria a ampliação mais ampla dessas tecnologias, segundo a publicação. O protecionismo também poderia "sufocar incentivos à inovação verde e levar à duplicação de esforços entre os países", afirmaram os especialistas. "Os riscos de protecionismo crescem quando as políticas climáticas, como os subsídios, não cumprem as regras internacionais", defenderam.

BID e Mdic firmam parceria para facilitação do comércio

O vice-presidente e ministro do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, e o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ilan Goldfajn, assinaram, nesta segunda-feira (6/11), na sede da vice-presidência, um acordo que prevê iniciativas para facilitar o comércio e promover as exportações no Brasil.

De acordo com o vice-presidente, o BID apoiará o MDIC na implementação do Novo Processo de Importação no âmbito do Programa Portal Único de Comércio Exterior, principal projeto de desburocratização do comércio exterior brasileiro.

O acordo envolve um aporte de R\$ 5 milhões para a digitalização e desburocratização dos processos de cinco órgãos do governo, reduzindo os custos com a emissão de licenças para o exportador e para o importador. São eles: Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa); **Agência** Nacional de Vigilância Sanitária (**Anvisa**); Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

"O efeito é imediato e gradual. À medida que o portal vai se ampliando, vai sendo mais eficiente, você vai tendo os benefícios. A nossa expectativa com esse convênio com o BID e mais o que está sendo feito, é que tenhamos, até 2040, podemos ter mais de US\$ 130 bilhões de incremento no Produto Interno Bruto (PIB)", afirmou Alckmin.

As medidas, segundo a pasta, têm como objetivo eliminar burocracias, simplificar procedimentos e utilizar tecnologia de ponta nas operações, reduzindo prazos e custos para a administração pública e para operadores de comércio exterior. Há ainda ações para aumentar o número de micro, pequenas e médias

empresas exportadoras, e iniciativas voltadas a ampliar o acesso de produtos da biodiversidade da Amazônia no mercado internacional.

De acordo com informações do Mdic, com a parceria, serão reformulados os processos de cinco órgãos de governo, que representam aproximadamente 85% (em valor) das operações com licenciamento de importação no Brasil, busca-se eliminar burocracias ineficientes, simplificar procedimentos, harmonizar documentos e utilizar tecnologia de ponta nas operações de importação, reduzindo tempos e custos para a administração pública e, principalmente, para os operadores de comércio exterior.

Goldfajn, por sua vez, disse que espera que 50% das importações sejam, em pouco tempo, realizadas por meio do portal único.

O anúncio da cooperação aconteceu no âmbito do Brasil Investment Forum (BIF), evento dedicado a apresentar oportunidades de investimento no Brasil em áreas chave para o desenvolvimento do país, como infraestrutura, transição energética, segurança alimentar e agricultura sustentável, entre outras, que será realizada amanhã (7/11) e quarta-feira (8/11), na capital federal.

Diálogo comercial Brasil - EUA

Pouco antes da assinatura do acordo, Goldfajn e Alckmin participaram de uma sessão de apresentação dos resultados do Diálogo Comercial Brasil-Estados Unidos, realizado na sede da Amcham Brasil, em Brasília.

Durante o evento, ambos destacaram a importância das relações bilaterais entre os dois países e lembraram que os Estados Unidos é o maior investidor estrangeiro direto no país, com pouco mais de US\$ 200 bilhões em estoque. Já o Brasil tem um estoque

Continuação: BID e Mdic firmam parceria para facilitação do comércio

nos Estados Unidos em torno de US\$ 33 bilhões.

Para Goldfajn, a América Latina tem potencial para atrair investimentos de outros países na agenda de transição energética e o Brasil, "pode ser um líder global na defesa da natureza e biodiversidade, se souber trabalhar com isso".

Alckmin ressaltou a importância das exportações para o país e lembrou que uma das prioridades da pasta é a neointustrialização com foco no desenvolvimento e no desmatamento zero. Em relação às relações comerciais do Brasil com os EUA, afirmou que vê uma grande possibilidade de crescimento do trabalho conjunto voltado para a inovação, digitalização e pesquisa e desenvolvimento. Ele destacou ainda que R\$ 60 bilhões serão disponibilizados para a inovação e pesquisa e que pretende reduzir o prazo de liberação de **patentes** do Instituto Nacional de **Propriedade Intelectual (INPI)**. "Estamos trabalhando para reduzir o prazo de autorização de **patentes** de 7,5 anos para 6 anos e nossa meta é chegar a 2 anos", afirmou.

O vice-presidente ainda destacou que outra im-

portante parceria com os Estados Unidos e o Brasil é na área do desenvolvimento do combustível sustentável de aviação, o SAF. "Nós vamos ter que trocar o querosene de todos os aviões do mundo. Na descarbonização. O SAF ou será de óleo vegetal ou do etanol, seja o que for, Estados Unidos e Brasil, são os maiores produtores", disse ele, lembrando que o presidente Lula, junto com o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e o primeiro-ministro na Índia, Narendra Modi, lançaram a Aliança Global pelos Biocombustíveis.

"Eu acredito muito que nós temos muitas parcerias. Os Estados Unidos, hoje, são os maiores investidores do mundo no Brasil e um grande parceiro comercial do Brasil", afirmou Alckmin, que informou que faz aniversário nesta terça-feira (7). "Amanhã, eu faço 71 anos, mas estou melhor do que quando tinha 30", brincou ao comentar sobre a mudança demográfica e considerar o envelhecimento da população uma coisa positiva.

Jornalista Formada Pela

Presidente de comissão que revisa o Código Civil diz que é necessário discutir redes sociais: 'Não pode ser um território onde se pode tudo'

POLÍTICA

"Quem achar que nos últimos 10, 15 anos a sociedade não mudou, é porque não está vivendo nesse mundo." A avaliação é do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Corregedor Nacional do Conselho Nacional de Justiça, Luis Felipe Salomão, de 60 anos, que preside a comissão de juristas encarregada de revisar o Código Civil Brasileiro, uma das principais leis do ordenamento jurídico nacional.

O ministro ponderou que o "mundo presencial", do período em que o código em vigor foi elaborado, mudou por completo. A versão que está por vir, avalia, precisa se adequar - e aqui entra a discussão sobre a regulação das redes sociais.

"Pode avançar nisso, direta ou indiretamente, sem dúvida nenhuma. Há um consenso hoje na sociedade da necessidade dessa regulação, porque não se pode fazer tudo na rede social. Não pode ofender, agredir; não pode tratar de pedofilia, suicídio. Tem que ter limite. Não pode ser um território onde se pode tudo".

â â O ministro lembrou que existe um projeto de lei tramitando no Congresso Nacional para regular o ambiente das plataformas digitais e demonstrou que pretende adotar cautela no tratamento da questão.

"Nós vamos avaliar se é o caso de se avançar no âmbito do Código Civil com esse tipo de regulação ou se vai ficar limitado à regulação de conteúdo ou ao **direito** de imagem e autoria intelectual. Tudo isso é regra do Direito Civil".

Salomão falou sobre o assunto ao g1, em entrevista exclusiva. No CNJ, é responsável pela análise e o encaminhamento de denúncias e reclamações relacionadas a juízes e à prestação jurisdicional no país.

Você vai ver nesta reportagem:

Temas debatidos para o novo Código Civil O que é o Código Civil Os trabalhos da comissão para o novo Código Civil Judiciário como moderador

Os temas discutidos para o novo Código Civil O ministro listou temas que entraram no radar da sociedade brasileira nas últimas décadas e que, na visão dele, devem ser inseridos de maneira mais clara na versão atualizada do Código Civil.

O casamento entre pessoas do mesmo sexo e a adoção de crianças por casais homoafetivos são exemplos que contam com decisões consolidadas no Supremo Tribunal Federal (STF) e no STJ.

"O que nós vamos fazer agora é verificar tudo o que já foi feito de precedente no Supremo e no STJ e vamos colocar na lei aquilo que já foi objeto de decisão judicial. Nós vamos avaliar a inserção disso no texto pra tornar claro, e não só uma interpretação, esses novos avanços, esses novos arranjos". Embora haja disposição de incluir no código a jurisprudência produzida pelo STF sobre casamento entre pessoas do mesmo sexo, há iniciativas contrárias no próprio Congresso.

Em outubro, a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados aprovou projeto que proíbe a união homoafetiva.

A iniciativa, prevista no parecer do relator do projeto, deputado Pastor Eurico (PL-PE) ainda precisa passar por outras comissões da Casa antes de ir a plenário.

Continuação: Presidente de comissão que revisa o Código Civil diz que é necessário discutir redes sociais: 'Não pode ser um território onde se pode tudo'

O que é o Código Civil O Código Civil é a cartilha do direito privado brasileiro - um dos mais complexos do ordenamento jurídico do país e tem a função de regular questões ligadas à esfera do direito de pessoas, empresas e instituições.

O código regula, por exemplo, contratos particulares, regras sobre a posse, sucessão familiar, heranças.

Também estabelece parâmetros para a aplicação do direito de família - como, por exemplo, disputa pela guarda dos filhos, casamentos e divórcios, contratos de união entre pessoas do mesmo sexo.

"O Código Civil é um estatuto da vida em sociedade desde antes do nascimento até a nossa morte, e além da morte", afirma o ministro. Luis Felipe Salomão lembra que é justamente a abrangência do código que o torna tão importante e, ao mesmo tempo, tão sujeito à necessidade de alterações.

"Na hora em que você entra no ônibus é um contrato; na hora em que compra a refeição do almoço, é um contrato; quando negocia no comércio eletrônico, é também um contrato", exemplifica Salomão para dimensionar a abrangência da lei.

Última versão é de 21 anos atrás

A atual configuração do Código Civil Brasileiro passou a valer em janeiro de 2002. Antes de ficar pronta, tramitou por mais de 25 anos no Congresso Nacional.

Ela é ainda fruto de uma atualização da versão de 1916 conhecida como "Código Beviláqua", uma homenagem ao jurista e historiador cearense Clóvis Beviláqua, responsável pela elaboração da espinha dorsal daquele código.

Novas mudanças que, conseqüentemente, produziram modificações nas relações privadas, impõem a nova reformulação que está em curso.

Para Luis Felipe Salomão, a internet e todas as transformações produzidas por ela não estão devidamente contempladas na estrutura atual do código - e essa é, segundo ele, uma das razões que apressam a necessidade de revisão.

"Nós tivemos uma extraordinária transformação, com a revolução das comunicações: a comunicação instantânea, o mundo da internet, a internet das coisas, da inteligência artificial, o avanço da tecnologia, tudo isso foi radicalmente alterado com o advento da internet e com essa ideia da comunicação instantânea", teorizou Salomão sobre o caminho percorrido pelo país e pelo mundo nas últimas duas décadas.

A comissão A Comissão de juristas que, sob a presidência do ministro Luis Felipe Salomão, vai reformar o Código Civil brasileiro, está em atividade desde setembro.

São 30 integrantes, entre advogados, professores, juizes, ex-juizes, promotores, representantes da sociedade civil e estudiosos do direito que se subdividiram em grupos para realizar a tarefa.

Eles têm audiências públicas e encontros periódicos previstos para Brasília, São Paulo, Porto Alegre e Salvador.

Serão analisados projetos de lei que tramitam no Legislativo Federal, sugestões de juristas e entidades.

O grupo também vai mergulhar em decisões firmadas em cortes superiores. São sentenças e despachos que, embora não possam mais ser

Continuação: Presidente de comissão que revisa o Código Civil diz que é necessário discutir redes sociais: 'Não pode ser um território onde se pode tudo'

modificados, ainda não figuram como norma porque vieram depois da última atualização do código.

Com tudo em mãos, a comissão deverá votar internamente para a escolha dos temas que precisam ser alterados e incluídos.

E, depois disso, redigir um texto em forma de projeto de lei, que deverá ser entregue ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) até o fim do primeiro semestre do ano que vem.

"Acreditamos que lá por meados do ano que vem, estaremos concluindo o trabalho da comissão e entregando para o presidente (do Senado) Rodrigo Pacheco a nossa proposta, onde vai tramitar e onde alguns destes temas vão sofrer o debate dos representantes do povo, esses sim com representatividade pra modificar ou não o dispositivo legal". Luis Felipe Salomão descartou a possibilidade de que a revisão do Código Civil tenha o potencial de criar insegurança jurídica.

"Não há a menor possibilidade de gerar insegurança jurídica. O que nós queremos é avançar na interpretação do código, mas calcados no que a jurisprudência já vem tratando e no que o avanço da sociedade já vem exigindo".

Bunker: Aventura: Investigação:

Papel moderador do Judiciário Na entrevista exclusiva ao g1, o ministro Luis Felipe Salomão res-

pondeu às críticas dos que enxergam exagero na atuação do Poder Judiciário no Brasil.

Para ele, há confusão na interpretação do papel dos juízes no país.

"O juiz tem um limite pra interpretar a lei. Às vezes, é uma interpretação mais elástica, às vezes mais restrita. São técnicas de interpretação. O juiz, o judiciário, não pode criar a lei, tem que interpretar a lei de maneira que seja mais adequada ao tempo que se está vivendo".

Luis Felipe Salomão nega que o Brasil viva um tempo de ativismo judicial. E afirma que, no Brasil, o judiciário ganhou um protagonismo maior a partir das decisões tomadas no julgamento do mensalão.

Ainda segundo Salomão, os tribunais precisaram adotar uma postura diante do que ele classificou como um projeto populista e autoritário de poder que identificado não só no Brasil recente.

"Essa ascensão gera choques. (E acontece) quando há um projeto de poder populista, onde não interessa o freio e contrapeso do regime democrático e (onde) o que vale é a tomada do poder mesmo que pisoteando as instituições".

O ministro tratou também das iniciativas que surgem no legislativo para alterar regras de funcionamento do judiciário - como, por exemplo, as tentativas, no Congresso, de definir regras de escolha e tempo de mandato para juízes de cortes superiores.

"O que acontece neste momento? É evidente (que o Judiciário) vira um certo alvo dessa linha de conduta. Agora no Brasil nós retomamos a normalidade democrática e isso vai voltando pro lugar. Aquilo em

Continuação: Presidente de comissão que revisa o Código Civil diz que é necessário discutir redes sociais: 'Não pode ser um território onde se pode tudo'

que houve de excessos vai retornando pro lugar. Um debate sério sobre o papel do Supremo e do STJ dentro dessas mudanças é livre, é democrático. O parlamento pode fazer. Só não pode haver retaliações de lado a lado porque isso não faz bem para a democracia."

VÍDEO: os mais assistidos do g1 PR Mais notícias do estado em g1 Paraná.

Índice remissivo de assuntos

Patentes

3, 4

Propriedade Intelectual

4

Marco regulatório | INPI

4

Direitos Autorais | Direito de Imagem

6